


A INTEGRALIDADE DO SER DE UMA MULHER-NEGRA-SURDA: RUPTURAS COM A OPRESSÃO COLONIAL DO SER SURDO


THE INTEGRALITY OF THE BEING A BLACK-DEAF WOMAN: RUPTURES WITH THE COLONIAL OPPRESSION OF THE DEAF BEING

Recebido em: 10/05/2024

Aceito em: 19/08/2024

Publicado em: 03/10/2024

Waldma Maíra Menezes de Oliveira¹ 
Universidade Federal do Pará

Ivanilde Apoluceno de Oliveira² 
Universidade do Estado do Pará

Resumo: Neste estudo, apresenta-se um recorte da tese de Oliveira (2023) para ilustrar as amarras coloniais que atravessam o corpo surdo e suas rupturas no campo teórico da decolonialidade. Assim, objetiva-se denunciar as identidades pressupostas, em uma perspectiva colonial, atribuídas a um mulher-negra-surda e anunciar a construção de sua integralidade do ser, em uma perspectiva decolonial na interseção com a integralidade do ser de Paulo Freire. A pesquisa caracterizou-se enquanto uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa tendo como campo teórico o pensamento decolonial e intercultural crítico de Paulo Freire, autor teórico-metodológico da investigação. Nos procedimentos metodológicos utilizou-se um roteiro de entrevista semiestruturada, com foco teórico das narrativas de vida, descritas no Círculo Dialógico Cultural (CDC) com uma mulher-negra-surda. As narrativas de vida da entrevistada ilustram o processo de combate as identidades de um modo essencialista e colonial para a transformação de sua identidade como produto histórico, relacional e dinâmico.

Palavras-chave: Integralidade do ser Surdo; Gênero; Raça; Classe.

Abstract: In this study, an excerpt from Oliveira's thesis (2023) is presented to illustrate the colonial ties that cross the deaf body and its ruptures in the theoretical field of decoloniality. Thus, the objective is to denounce the presupposed identities, from a colonial perspective, attributed to a deaf black woman and announce the construction of her being integrality, in a decolonial perspective at the intersection with Paulo Freire's being integrality. The research was characterized as field research, with a qualitative approach, having as its theoretical field the decolonial and critical intercultural thought of Paulo Freire, theoretical-methodological author of the investigation. In the methodological procedures, a semi-structured interview script was used, with a theoretical focus on life narratives, described in the Cultural Dialogical Circle (CDC) with a deaf black woman. The interviewee's life narratives illustrate the process of combating identities in an essentialist and colonial way to transform her identity as a historical, relational and dynamic product.

Keyword: Integrality of being Deaf; Gender; Race; Class.

INTRODUÇÃO

A identidade é construção histórica, social, cultural e política de homens e mulheres em suas relações inter-humanas. Todos os elementos constituem a pessoa e sua identidade no

¹ Professora da Faculdade de Educação do Campo (FECAMPO) e do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDUC) da Universidade Federal do Pará (UFPA) Campus Cametá. Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: waldma@ufpa.br.

² Doutora em Educação pela PUC-SP e UNAM-UAM-Iztapalapa - México. Coordenadora e professora no Programa de Pós-graduação em educação da Universidade do Estado do Pará. E-mail: nildeapoluceno@uol.com.br.

âmbito existencial e sociocultural, portanto, as identidades não podem ser caracterizadas como fixas, essencialistas, abstratas e imutáveis; ao contrário, são fluidas, metamorfoses em constante *que fazer* nas relações.

Entretanto, não se pode negar que há um olhar e uma ação presente na norma colonial, “[...] que cria e reifica identidades como meio de administrar povos e estabelecer hierarquias entre eles” (ALCOFF, 2016, p. 137). Para tanto, faz-se necessário, ainda segundo Alcoff, postular como objetivo um futuro no qual as identidades criadas pelo colonialismo possam dissolver-se, já que são resultantes de uma estrutura de opressão que privilegia certos grupos em detrimentos de outros.

O sujeito surdo, em uma dimensão colonial, não foi pensado a partir de si, mas sim, em comparação ao outro, ou seja, a pessoa sem deficiência – ouvinte. Por consequência, ocorreram “representações dominantes, hegemônicas e ouvintistas sobre as identidades surdas, a língua de sinais, a surdez e os surdos” (SKLIAR, 2005, p. 30).

Para desamararr os nós presentes na estrutura sistêmica e opressiva das identidades, no contexto colonial, não basta apenas a observação neutra. É preciso combatê-la por meio do prisma e da práxis da integralidade do ser. Desse modo, não se realiza uma análise simplista, universalizada e fragmentação das identidades.

É necessário, portanto, tratar a identidade na perspectiva social de Antônio Ciampa na interseção com a integralidade do ser de Paulo Freire. Ilustrar as identidades dos sujeitos surdos nesse campo é compreender a construção do ser como processo dinâmico, histórico e cultural, que supõe um sujeito ativo, capaz de constituir-se a si mesmo nas suas relações intersubjetivas, sociais e históricas (OLIVEIRA, 2005).

Para Ciampa (2005, p. 206), “a identidade é concreta; a identidade é movimento de concretização de si, que se dá, necessariamente, porque é o desenvolvimento do concreto e, contingencialmente, porque é a síntese de múltiplas e distintas determinações.” Nesse sentido, entende-se a concretude do sujeito como ser temporal, histórico que está no e com o mundo e com os outros na formação do seu *vir-a-ser*.

O conceito de identidade ancora-se na percepção freireana na qual homens e mulheres são seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão, logo, buscam ser em processo contínuo, histórico e relacional. A identidade não pode ser entendida como essencialista, mas sim, relacional. Ela é resultado das práticas sociais em circunstância sociocultural específica do sujeito.

É uma construção histórica da diferença para a análise crítica dos discursos ideológicos e criação de mecanismos de crítica e de superação de práticas de exclusão. Logo, “o modo como a surdez é concebida socialmente também influencia a construção da identidade. O sujeito não pode ser visto dentro de um ‘vácuo social’. Ele afeta e é afetado pelos discursos e práticas produzidas” (SANTANA; BERGANO, 2005, p. 571).

Para tanto, faz-se necessário pensar a surdez pelo prisma da integralidade do ser, compreendendo a surdez da orelha, da língua e dos traços culturais surdos, do cruzamento dos elementos formativos identitários e das relações inter-humanas realizadas em um dado território por um sujeito surdo e o outro. “A construção da identidade não é domínio específico de um elemento formativo, mas sim da integralidade de todos e das relações interativas e dialógicas dos sujeitos” (OLIVEIRA, 2023, p. 253).

A construção da identidade dos sujeitos ocorre, então, a partir de práticas discursivas em contextos culturais diferentes e não sobre a referência e o controle de um único elemento. Pensar assim é reduzir e negar a pluralidade existencial e social que atravessa o ser surdo. Também é desconsiderar os cortes de diferença raça, classe e gênero na formação do sujeito.

Não se pode fragmentar os elementos formativos identitários. O ser social está em lugares e territórios diferentes, vivência culturas outras, experiência o gênero de modo diferente, pertence a diversas classes. Olhar a pessoa surda apenas pela sua deficiência é condicioná-la a uma alteridade deficiente e a uma identidade fragmentada.

Neste estudo, apresenta-se um recorte da tese de Oliveira (2023) para ilustrar as amarras coloniais que atravessam o corpo surdo e suas rupturas no campo teórico da decolonialidade. Assim, objetiva-se denunciar as identidades pressupostas, em uma perspectiva colonial, atribuídas a um mulher-negra-surda e anunciar a construção de sua integralidade do ser, em uma perspectiva decolonial na interseção com a integralidade do ser de Paulo Freire.

SINAIS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracterizou-se enquanto uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa tendo como campo teórico o pensamento decolonial e intercultural crítico de Paulo Freire, autor teórico-metodológico da investigação. Nos procedimentos metodológicos utilizou-se um

roteiro de entrevista semiestruturada, com foco teórico das narrativas de vida, descritas no Círculo Dialógico Cultural (CDC)³, com base em (OLIVEIRA, 2023).

Foi entrevistada uma mulher-negra-surda do município de Igarapé-Miri, usuária de Libras, universitária com idade de 21 anos. Os critérios éticos foram respeitados nesta pesquisa⁴ e a entrevistada Patrícia, nome fictício, assinou o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). Na análise dos dados trabalhou-se com a análise de conteúdo (BARDIN, 2010).

NARRATIVAS DE VIDA NA CONSTRUÇÃO DO SER SURDO

A diferença, em uma perspectiva colonial, é usada para demarcar os que são sujeitos sociais e os que não são. Olhar o sujeito por um único elemento formativo identitário é condicioná-lo a uma identidade dada. No âmbito das identidades surdas, a tentativa de demarcar a diferença linguística conferiu ao sujeito surdo um lugar de indivíduo social e cultural, mas associou erroneamente que língua seria a única capaz de conferir o selo da diferença.

A identidade do sujeito surdo não pode ser oferecida pelo outro. Ao contrário, faz-se necessário percebê-la na inteireza do ser. A construção de sua identidade é atravessada pelas relações e condições sociais, culturais e históricas, pela deficiência, pela língua e por diferenças de classe, raça e gênero. Portanto, a integralidade do ser e a perspectiva decolonial apresentam-se como um caminho para construção de uma política das identidades dos sujeitos surdas.

Neste tópico será apresentado as identidades pressupostas e metamorfoses de Patrícia. As identidades pressupostas atribuídas a ela perpassam pela opressão colonial do capacitismo, do racismo, do machismo e de classe. A identidade metamorfose ilustra o percurso histórico, cultural e humano dela, bem como o processo dialético de denúncia da desumanização sobre os seus corpos e o anúncio da humanização, da assunção e da possibilidade do *vir-a-ser*.

DENÚNCIA DA IDENTIDADE PRESSUPOSTA

As identidades pressupostas dada a Patrícia, sinalizada em sua narrativa de vida, ilustra as opressões coloniais fabricadas pela modernidade/colonialidade. É notório que as opressões

³ O Círculo Dialógico Cultural (CDC) constitui-se enquanto técnica metodológica decolonial, propondo uma prática investigativa enraizada no diálogo como instrumento de mediação entre o pesquisador e o participante da pesquisa (OLIVEIRA, 2023, p. 172).

⁴ A pesquisa foi submetida e aprovada no comitê de ética na Plataforma Brasil, conforme Parecer Consubstanciado nº 4.106.647, datado em 23/06/2020.

sofridas por ela não se restringem à deficiência e à diferença linguística. Há uma pluralidade das diferenças em uma perspectiva de inferioridade e de discriminação.

Da mesma forma que as identidades são construídas pelos elementos formativos e pelas relações sociais que o sujeito realiza, as opressões se encontram e andam de mãos dadas. Um sujeito surdo pode sofrer dupla, tripla ou várias opressões pela sua condição social, pelo seu território, pela sua cultura, pela sua língua, pelo seu gênero, pela sua classe, pela sua raça, pela sua religiosidade e por tantos outros fatores de identificação.

Portanto, não se pode entender a identidade cristalizada em uma ação essencialista e/ou em uma política reducionista identitária, a qual fratura e fragmenta seu corpo, sua cultura e seu território em uma dimensão monolíngue, homogênea, não relacional e a-histórica.

As identidades são construídas em relação com outros, em localizações e produções históricas, culturais, sociais, familiares, educacionais e religiosas diferentes. Patrícia narra sobre si, por suas experiências vividas na denúncia da opressão/desumanização e do anúncio da libertação/humanização. Portanto, as opressões atravessam seu corpo para além da língua e/ou da deficiência. As identidades pressupostas atribuídas a ela ilustram uma pressuposição de um corpo mudo, burro, incapaz, isolado, bobo, que possui uma voz feia, que cola do ouvinte, que tem cabelo de Bombril. Dito de outro modo, um sujeito de ausência e de limitações. Apresentam-se em uma base estrutural e sistêmica de opressão presente na colonialidade do ser, como: capacitismo, racismo, machismo e na opressão de classe.

O capacitismo atribui à Pessoa com Deficiência (PCD) um selo de inferioridade, por entender que a deficiência retira a capacidade social, linguística, cognitiva e interacional da pessoa. “O capacitismo é um tipo de discriminação que se materializa na forma de mecanismo de interdição do ser, de segregação e de exclusão social” (OLIVEIRA, 2023, p.186).

Durante a realização do círculo dialógico cultural (CDC), Patrícia sinalizou a identidade pressuposta atribuída a ela presente no capacitismo: “*Antes eu pensava que não era inteligente como os meus colegas ouvintes, porque eles tiravam notas boas e eu não*”. Por muito tempo, Patrícia sinalizou que se sentia menos capaz do que os ouvintes, principalmente quando um colega de classe disse “*você não tira nota boa como eu*”. Oliveira (2023) problematizam os impactos da nota baixa na vida dos alunos surdos, destacando o sentimento de frustração e de dúvida de sua capacidade.

O sentimento de inferioridade foi internalizado por Patrícia por visualizar que ser ouvinte é tirar notas boas e ser surdo não. Novamente, essa situação vivida remete a uma atitude

capacitista, na qual o sujeito ouvinte tem capacidade intelectual, e o surdo não. Essa nova estrutura dava, cada vez mais, à Patrícia a ideia da impossibilidade de seu desenvolvimento. Há uma identidade pressuposta conferida a ela por seu colega de sala de *incapaz-burra*.

Nessa perspectiva, infere-se que os discursos e as ações capacitistas continuam conferindo à Pessoa com Deficiência, neste caso a pessoa surda, o selo da incapacidade. Patrícia compartilha a identidade pressupostas no campo sistêmico e estrutural do capacitismo –burro, incapaz e que tira nota baixa – atribuídas a ela em experiências, em relações e em espaço diferente.

Entretanto, essa identidade pressuposta atribuída a Patrícia apresenta um outro marcador identitário e de estrutura opressiva: a raça. Nesta categoria, Patrícia sinaliza que sua diferença racial foi representada em práticas racistas na sua escola. Conforme destaca, diziam que *“meu cabelo era de Bombril, de palha de aço. Macaca! Me davam banana e me acusaram disso. Sofria calada e aguentava todo esse sofrimento, mas no decorrer do tempo eu não aceitava mais que as pessoas falassem”*.

A identidade pressuposta dada a Patrícia é enraizada no racismo, portanto ela é tida como uma pessoa surda *incapaz-burra- cabelo-de Bombril-macaca-inferior*. Nota-se que a raça, nessa perspectiva, ilustra como um instrumento de classificação social. Não tem a ver com as diferenças culturais das pessoas. Ao contrário, utiliza da diferença em uma perspectiva da inferioridade e de classificação para promover uma hierarquização e subalternização de corpos. Desse modo, Quijano (2005, p. 136) destaca que a “[...] ideia de raça como instrumento de dominação foi sempre um fator limitante destes processos de construção do Estado-nação baseados no modelo eurocêntrico [...]”.

Assim, o conceito de raça está enraizado em ideologias coloniais, que mantêm as estruturas dominantes, e o racismo seria uma das práticas opressivas sobre os corpos de homens e mulheres negras.

O racismo materializa opressão em práticas sociais cotidianas, como as práticas discursivas e relacionais. Na identidade pressuposta, é conferida a Patrícia, por seus colegas de classe, uma dupla diferença – Negra e Surda, categorias essas que demarcam elementos identitários como também de práticas coloniais opressivas. Associam sua identidade à inferioridade racial e cultural ao retirarem dela o caráter humano e ilustrá-la como um animal: macaco.

O ser humano é relacional. É fazedor e criador de cultura. Intervém direta e indiretamente no mundo por meio de suas ações sociais e interacionais. A desumanização interdita homens e mulheres de sua vocação ontológica, ou seja, de serem sujeitos de busca, de *ser-mais*. Nota-se que o racismo é uma ação de manutenção de poder sobre aquele que é diferente e inferior na matriz colonial.

Na visão de seus colegas, Patrícia é tida como inferior por ser negra e também por ser surda. Isso ocasiona em sua identidade uma dupla diferença, uma dupla opressão presente no racismo e no capacitismo. Nesse contexto, a identidade, a raça e a língua válida é do homem (masculino cis-hétero), branco, ouvinte falante da língua portuguesa. A sociedade, no campo colonial, organiza-se em uma dimensão binária e hierarquizante para construir e manter aqueles que são sujeitos e os que não são ou, como dito por Fanon (2008), os que estão na zona do ser e os da zona do não-ser.

Há, portanto, uma subalternização sobre o corpo de Patrícia, um corpo negro-surdo⁵. Ele sofre discriminação, vivência preconceitos em práticas coloniais “[...] principalmente nos âmbitos linguísticos, educacionais, emocionais e sociais, vivenciando situações de racismo ampliadas, não experimentadas pelas demais pessoas surdas” (BUZAR, 2012, p. 111).

Na sinalização de Patrícia, fica nítido que o racismo sofrido é ampliado e atravessa o corpo de uma mulher-negra-surda. Seus colegas diziam, de acordo com sua sinalização, que seu *cabelo era de Bombril, de palha de aço*. Seu cabelo foi tido como feio, como um cabelo inferior por ter uma textura diferente do padrão colonial.

O cabelo da mulher negra é tomado e visto em uma dimensão colonial. O cabelo volumoso, crespo, cacheado não é aceito e a ele são atribuídos adjetivos e comparações repletos de estigmas e preconceitos. Patrícia recebe uma identidade repleta de opressões coloniais presentes no capacitismo e no racismo. Investe uma identidade pressuposta de *incapaz-burra-cabelo de Bombril-macaca-inferior*.

O racismo atravessa homens e mulheres negros (as) em dimensões que se aproximam da raça, mas em outras que se distanciam pela questão do gênero. Uma mulher negra vivência práticas opressivas diferentes de homens negros. Do mesmo modo, “[...] uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca por conta de sua localização social, vai experienciar gênero de uma outra forma” (RIBEIRO, 2017, p. 35).

⁵ Ferreira (2018), pesquisadora negra surda, informa que no Brasil se optou pela expressão Negro Surdo, posto que a sociedade inicialmente olha as pessoas primeiro pela raça e depois pela característica da surdez.

O corpo de Patrícia sofreu simultaneamente opressões coloniais e desumanização de ser em uma sociedade desigual racista, sexista e capacitista. Nesse sentido, “[...] entre as mulheres surdas, as negras serão as mais afetadas pelo engendramento dessas categorias identitárias” (BRITO *et al.*, 2021, p. 212).

É salutar destacar que a identidade pressuposta dada a Patrícia é atravessada por vias da subalternização e da colonialidade do ser presente nas práticas opressivas do racismo, do machismo e do capacitismo. Tais opressões não podem ser vistas, entendidas e problematizadas isoladamente, mas sim nas suas interseções que desumanizam e conferem a esse corpo a opressão colonial.

Os problemas de vulnerabilidade que atingem especificamente uma mulher negra surda demarca uma construção colonial histórica e social, a qual afetou Patrícia não somente pela condição da surdez, mas também pela questão do gênero e da raça. A tripla diferença, presente em seu corpo, engendrou uma identidade pressuposta e favoreceu a desumanização do ser. Patrícia é negra, é mulher e é surda na Amazônia!

Para Ciampa (2005, p. 159), “sempre há a pressuposição de uma identidade, sempre uma identidade é pressuposta [...]”. A identidade concedida à Prática foi *incapaz-burra-cabelo de Bombril-macaca-inferior*. Sua tripla diferença concedeu um não lugar do negro surdo e da mulher surda nos movimentos reivindicatórios de ser mulher negra surda.

A mulher negra surda não encontra um lugar de acolhimento e de reivindicação da sua tripla diferença no movimento negro organizado, no movimento feminista negro e no movimento surdo das comunidades surdas do Brasil. Assim, ocupa o não-lugar, o lugar do outro-do-outro-do-outro. Nesse contexto, se a mulher negra ocupa um lugar de “forasteira de dentro” no movimento feminista, conforme Collins (2019), por ser feminista e pleitear o lugar político e histórico de mulher negra, a mulher negra surda torna-se o outro-do-outro-do-outro.

É profícuo destacar que há discursos proferidos por sujeitos em lugares de privilégios conferido pela modernidade/colonialidade, que são aceitos e validados, como o discurso de um homem cis, branco, rico e sem deficiência. Todavia, há discursos de sujeitos que não ocupam esse lugar. Assim, suas vozes – nesse caso, seus sinais – não são reconhecidos e validados.

Outro ponto de destaque na narrativa de Patrícia acerca da identidade pressuposta concedida a ela traz à tona outra categoria: o gênero. “O gênero é um elemento construtivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 14).

Nesse contexto, percebe-se que o gênero é utilizado como mecanismo de dominação e hierarquização, assim, o prestígio inferior pontua-se no gênero feminino, o que reverbera em práticas machistas, misóginas e sexistas. Soma-se a isso o lugar de fala desse outro aqui tido como mulher: “se no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino ainda está ainda mais profundamente na obscuridade” (SPIVAK, 2010, p. 15).

As opressões atravessam os corpos das mulheres de forma diferente, por isso faz-se necessário pontuar que mulher não é uma palavra homogênea, mulher tem suas particularidades e especificidades. Elas são diversas e plurais, são mulheres negras, mulheres indígenas, mulheres transexuais e travestis, mulheres lésbicas bissexuais, mulheres com deficiências e mulheres surdas.

Patrícia, uma mulher-negra-surda, vivência contextos de opressão do capacitismo, do racismo, do machismo, do sexismo, da opressão de classe. Desse modo, a luta não pode apenas centralizar-se no combate à opressão de gênero, à misoginia e na luta por direitos iguais no bojo do movimento feminista. Tal ação precisa ampliar as dimensões para as outras opressões que perpassam esses corpos, como o racismo.

Patrícia, vivência a tripla diferença que reverbera as opressões sofridas (gênero, raça e surdez). Destaca-se, portanto, que o feminismo não é nem deve ser hegemônico e universal na categoria universal de mulher. Ao contrário, o movimento feminista deve ser plural, decolonial e reconhecer as diferenças que foram essas mulheres e, assim, propiciar o fortalecimento da luta coletiva contra a opressão, respeitando os cortes de diferença que formam a unidade desta mulher.

Ribeiro (2017, p. 50) chama a atenção para necessidade de “[...] romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia discursiva” e, assim, validar a voz e o sinal do outro negado historicamente, tanto para denunciar as opressões vividas como para anunciar sua humanização, através da militância, da arte, da língua e da cultura.

Ademais, mulheres surdas e mulheres negras surdas são vítimas potenciais de abusos devido à condição linguística não favorável para denúncia. Nesse ínterim, Costa, Oliveira, Klein (2021) problematizam a condição da mulher surda e a violação de seus direitos, como: a falta de interpretação nos espaços públicos na área da saúde, da educação e em outros setores; falta de acesso ao mundo do trabalho. Mulheres surdas “têm 1,5 vezes mais chances de serem vítimas

de assédio sexual, agressão sexual, abuso psicológico e abuso físico do que as ouvintes” (KRAUSE, 2017, p. 5 *apud* COSTA; OLIVEIRA; KLEIN, 2021, p. 6).

Somando-se a isso, as autoras destacam a representação social do lugar que a mulher surda deveria ocupar. Historicamente as mulheres surdas foram marginalizadas, discriminadas e oprimidas pela tutela do capacitismo e do machismo. Foram proibidas de trabalhar e receberam uma educação precária.

Por fim, na categoria gênero e surdez, a narrativa de Patrícia ilustra o não lugar da mulher no esporte. Conforme sinaliza: “*Quando eu era criança queria jogar bola com os meus amigos, mas diziam que isso não era coisa de menina, eu ficava triste*” (Entrevistada Patrícia, grifo nosso). Há uma representação social na qual o futebol é coisa de menino e não de menina. Tal representação teve seu apogeu no governo de Getúlio Vargas ao decretar a proibição da prática do futebol constante no art. 54 do Decreto-Lei nº 3.199 de 1941.

O decreto que passou a vigorar no contexto histórico da ditadura do Estado Novo durante o governo de Getúlio Vargas (1937-1945). Ele “teve por fundamento justificativas biológicas e de ordem moral, funcionando como óbice legal à prática do futebol pelas mulheres num período em que o controle dos corpos e da autonomia feminina representava matéria de ordem pública” (NUNES, 2022, p. 126). Segundo a autora, a proibição perdurou por 40 anos e a lei foi vigente até 1983, o que reverbera suas consequências até os dias atuais no futebol feminino. Por ser mulher, Patrícia não pode jogar futebol na infância. Seus colegas diziam que esse esporte era de menino.

É notório que as opressões que subalternizam as histórias da mulher negra surda – Patrícia – perpassam pela ausência de informações sobre os seus direitos para o combate sobre eles (capacitismo, machismo e racismo). As barreiras comunicacionais e atitudinais proporcionaram carência de conhecimento e informações, todavia, no *vir-a-ser* de Patrícia há um processo metamorfósico, de anúncio de outras identidades, mediante todos os elementos que as formam.

Não há como negar que os grupos sociais que foram historicamente excluídos ainda não conseguem perceber as diferenças daqueles sujeitos que compõem esse coletivo ou aquele outro. Não se pode homogeneizar e negar os cortes de diferenças que formam os indivíduos. Uma mulher negra surda deve ocupar seu lugar nos movimentos feministas, da negritude e da surdez para demarcar a necessidade de um feminismo negro surdo, categoria essa não possível de vivência – de uma mulher surda não negra e/ou de uma mulher negra ouvinte.

Segundo Costa, Oliveira, Klein (2021), as mulheres com deficiência não se sentem representadas pelo movimento feminista nas pautas, nos debates e nas rodas de conversa, espaços nos quais raramente se fala acerca da temática. Além disso, poucas feministas se propõem a dialogar e levar informações até essas mulheres, como também as rodas de conversas e os informativos sobre os seus direitos à saúde, à educação e ao trabalho não são acessíveis⁶ na Língua Brasileira de Sinais.

Durante o círculo dialógico cultural, fica nítido que as identidades pressupostas dada a Patrícia não se restringem aos ataques e às práticas capacitistas, mas envolvem também questões de raça, de gênero e de classe. Patrícia pertence à classe trabalhadora, batalha junto a sua família para sua sobrevivência. É egressa da escola pública e ocupa uma vaga na Universidade, Patrícia sinaliza vulnerabilidade econômica na infância:

No passado, na escola no quinto ano, eu fui com uma sandália velhinha que acabou furando, e todos na escola viram e começaram a rir, fofocando de mim, dizendo “olha que pobre”. Me senti tão mal com essas acusações. Fiquei envergonhada (ENTREVISTADA PATRÍCIA, grifo nosso).

Novamente a identidade pressuposta dada a Patrícia pelos alunos de sua escola cerca seu ser como *incapaz-burra-cabelo de Bombril-macaca-inferior-pobre*. O seu corpo é atravessado simultaneamente pelas opressões coloniais desenvolvidas pela modernidade/colonialidade – capacitismo, racismo, machismo e a opressão de classe – Patrícia não foi negada e subalternizada somente por ser surda – não ouvir e/ou sinalizar uma língua diferente – mas pelo atravessamento concomitante das opressões, que diminuíram seu ser por *estar sendo* uma mulher-negra-surda-pobre. De acordo com Freire (2001) opressão de classe tem relação direta com o problema de poder, pois “a compreensão crítica dos limites da prática tem que ver com o problema do poder, que é de classe e tem que ver, por isso mesmo, com a questão da luta e do conflito de classes (FREIRE, 2001, p. 25).

O sujeito pertencente a classe trabalhadora e que não dispõe do poder aquisitivo de compra é tido como inferior e neste contexto sofre opressão. A identidade pressuposta atribuída à Patrícia pontua uma subjugação e dominação dos seres humanos, freando e negando o seu direito de estar sendo. Na perspectiva freireana, tal ação é extremamente imoral, na negação do

⁶ “Um exemplo emblemático do não acesso de informação e à esfera policial e judiciária, é a Lei nº 11.340/06 – a Lei Maria da Penha, que mesmo após tantos anos de sancionada apenas em 2016, teve sua primeira versão traduzida em Libras, realizada pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (Sedhast) do estado de Mato Grosso do Sul” (BRITO *et al.*, 2021, p. 226).

ser humano, na violência sobre ele, que contagia qualquer prática restritiva de sua plenitude e a torna imoral também. “Imoral é a dominação econômica, imoral é a dominação sexual, imoral é o racismo, imoral é a violência dos mais fortes sobre os mais fracos” (FREIRE, 2001, p. 45).

Notou-se que a identidade pressuposta dada a Patrícia está na subjugação presente na modernidade/colonialidade. Ela atravessa esse corpo com o capacitismo, o racismo, o machismo e a opressão de classe. O intuito deste artigo não foi discutir as intensidades dos níveis de opressão, mas sim, perceber as dinâmicas e as práticas dos diferentes tipos de subalternização sobre as quais Patrícia sofreu na colonialidade do ser.

ANÚNCIO DA IDENTIDADE METAMORFOSE: EM BUSCA DA INTEGRALIDADE DO SER

A humanização do ser humano perpassa pelo reconhecimento de sua vocação ontológica, de ser visto e entendido como um ser inconcluso e, por essa condição, como um *ser de busca*, que procura na relação com outro se fazer sujeito mediatizado pelo mundo. A integralidade do ser reconhece que o ser humano não é sozinho, ele é constituído pelo outro e ele constitui o outro, portanto homens e mulheres se formam sujeitos na dimensão relacional-social.

Para tanto, o tornar-se sujeito apresenta-se em uma ação dialética, na denúncia das opressões sofridas, pelos cortes de diferença e pelo anúncio da humanização no combate a elas e no assumir-se “enquanto sujeito da própria assunção” (FREIRE, 1996, p. 41). Na identidade pressuposta atribuída a Patrícia é perceptível que as opressões são simultâneas e conectam-se para desumaniza-la. Ao mesmo tempo que suas identidades são projetadas em uma ótica capacitista, o corpo da mulher negra surda— Patrícia — é coisificado pela matriz colonial do machismo, do racismo e da opressão de classe.

As opressões não atingem o sujeito em apenas um elemento. Ao contrário, o maquinário colonial é sistêmico e estrutural ao negar, oprimir e coisificar o outro, fazendo uso de todas as estruturas e dimensões que o formam. Nesse ínterim, Freire (2001, p. 46) retrata que “[...] é preciso que evitemos cair na tentação de reduzir a luta inteira a um desses aspectos fundamentais. O sexo só não explica tudo. A raça só, tampouco. A classe só, igualmente”.

Portanto, é profícuo compreender que, ao mesmo tempo que as opressões caminham e agem simultaneamente, o ser humano é uma unidade, uma totalidade. Simultaneamente, ele também é um ser relacional. Possui um gênero, uma raça, uma classe, uma cultura, uma língua,

um território. Logo, não deve haver separação ou fragmentação de seu corpo, de sua integralidade do ser (OLIVEIRA, 2023).

Neste subtópico, será anunciada a identidade metamorfose construída no decorrer formativo humano de Patrícia nas relações com os outros e com o mundo, sinalizado no círculo dialógico cultural. No encontro com os outros, na percepção de si, no reconhecimento das opressões sofridas e combatidas, Patrícia anuncia o seu ser, sua transformação e sua assunção.

Assim, entende-se que “o humano é sempre ‘uma porta’ abrindo-se em mais saídas. O humano é vir-a-ser humano. Identidade humana é vida! Tudo que impede vida impede que tenhamos uma identidade humana” (CIAMPA, 2005, p. 38). Por meio das narrativas sinalizadas, perceberam-se o fenômeno, a metamorfose e a transformação da vida nos territórios, históricos e sociais que Patrícia caminhou, relacionou-se e, por fim, transformou-se.

É pertinente pontuar que o processo de metamorfose humana aproxima-se ao conceito de libertação freireana. Freire (2001) problematiza e discute que o processo de libertação das opressões sociais inscreve-se em uma dimensão ético-política. Por conseguinte, a luta contra a exploração, a dominação, a discriminação e a opressão aos seres humanos negados no seu direito de *estar sendo* é tanto política quanto ética.

Na trajetória de vida Patrícia sofreu opressões na infância e na juventude em seus territórios e instituições outras. Entretanto, há uma metamorfose e uma construção de sua inteireza, o que vai dando um sentido à sua vida e atribuindo um posicionamento ético-político no e com o mundo e com a comunidade surda da Amazônia tocantina.

Durante o seu percurso de vida, Patrícia sinalizou diversas opressões sofridas na modernidade/colonialidade. Destacou que as identidades pressupostas a narram como inferior – *incapaz-burra-cabelo de Bombril-macaca-inferior-pobre* – todavia, o *vir-a-ser* a transformou na relação com outro, no processo de conhecer seus direitos e na assunção e celebração de suas diferenças. Em sua sinalização, era visível que as dores e os traumas foram combustíveis para uma resistência e uma postura na sociedade, *estar sendo* uma mulher negra surda tomou o centro do debate de sua vida e de sua luta.

Após relatar os abusos sofridos, as práticas capacitistas, racistas e machistas que a fizeram “calar-se”, envergonhar-se e ter uma postura passiva frente a opressões sofridas, Patrícia relatou que agora teria uma outra atitude, que, com as informações e as orientações que têm, não ficaria constrangida e colocaria o outro-opressor neste lugar. Segundo ela, “[...] *se fosse hoje, teria uma outra postura, me defenderia dizendo que há uma lei que fala sobre isso,*

que isso é racismo e é crime e que eu iria processar. Se fosse hoje, eu diria: respeita a minha raça! Respeita a minha cor! Senão eu processo você” (Entrevistada Patrícia).

É pertinente destacar que Patrícia sempre foi negra em sua infância quando sofreu racismo de seus colegas, nas práticas opressoras e nos olhares julgadores da sociedade. Todavia, ela não se assumia enquanto uma menina negra, em uma perspectiva positiva porque não havia modelos de representatividade. Segundo ela, para reforçar a identidade negra na sua infância.

Com o *estar sendo* mulher negra surda, teve consciência de sua negritude e das práticas ideológicas racistas que foi acometida ao longo de sua vida. Por meio da identidade metamorfose, assumiu-se como uma mulher negra surda. Pontuou o respeito a sua raça e a sua cor. Derramou-se da estrutura racista que aprisionava e distorcia sua imagem, sua identidade como inferior e anunciou a beleza de ser negra. Nesse ínterim, “ser negro [...] é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que carregue o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração” (SOUSA, 1983, p. 77).

É válido destacar que essa metamorfose não ocorreu em um tempo curto na trajetória de vida de Patrícia, mas aos longos dos anos por meio de encontros com outros dialógicos, amorosos e respeitosos. O primeiro encontro que se faz necessário pontuar ocorreu no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, em uma palestra na escola de Patrícia. Segundo ela:

Teve uma palestra na escola no dia do negro. Uma mulher negra falou sobre várias coisas que sofremos, mas mostrou a resistência. Era uma mulher bonita, inteligente com cabelos crespos, e todos estavam lá para vê-la. Lembro que a intérprete de Libras estava sinalizando a palestra e eu fazia o sinal – também – porque as dificuldades que a mulher palestrante falava eu também sofria. [...] essa palestra foi muito importante, porque foi a primeira vez que entendi que essas coisas não aconteciam só comigo (ENTREVISTA PATRÍCIA, grifo nosso).

Há um processo de assunção negra por Patrícia no encontro face-a-face com a mulher-negra-palestrante. Uma tomada de consciência sobre as práticas racistas sofridas, as marcas em seus corpos, em seus cabelos e nas suas identidades de mulheres negras, como também a resistência de ser quem é em uma sociedade machista, racista e capacitista, o que agravou e prejudicou a celebração de uma identidade mulher negra surda. De acordo com a entrevistada, em cada fala interpretada para sua língua, ela utilizava o sinal “também”, reforçando e comprovando que essa dor e opressão foi atravessada em seu corpo.

Somando-se a isso, acentua-se o lugar de fala negado historicamente às mulheres negras, às quais foi conferido o não-lugar. Suas vozes foram interditadas. Segundo Ribeiro (2017),

mulheres negras foram silenciadas e suas diferenças não foram compreendidas dentro do movimento feminista e dentro do movimento negro. A mulher ocupou um lugar de inferioridade, por isso a necessidade do feminismo negro para tratar de questões e o combate de opressões que só mulheres negras sentem.

Ademais, Collins (2019) ilustra que mulheres negras costumam construir espaços de vozes individuais e coletivos. Eles envolvem as relações de mulheres negras umas com as outras. Quando uma mulher negra ocupa um lugar de destaque, ilustra às demais a possibilidade de mudança da conscientização, a justiça social e o ecoar de suas vozes que foram silenciadas historicamente.

A representatividade e o lugar de fala atrelado ao lugar de poder ocupado pela palestrante proporcionou uma identificação e uma aproximação com Patrícia ao relembrar suas vivências e compará-las com as dela. Isso proporcionou uma compreensão da relação dialética entre opressão e ativismo ao fazer surgir a potência para emancipação da mulher-negra-palestrante e possivelmente para sua.

O lugar social que a mulher-negra-palestrante ocupou demarcou o seu lugar de fala. Assim, “pensar lugar de fala é uma postura ética, pois saber o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdade, pobreza, racismo e sexismo” (RIBEIRO, 2017, p. 47).

No círculo dialógico cultural, Patrícia narrou que esse encontro ocorreu no Ensino Médio. Durante o Ensino Fundamental, ocorreram palestras no Dia da Consciência Negra, mas até esse período nenhuma havia sido proferida por uma mulher-negra. Além disso, segundo a entrevistada, essa temática era abordada somente nessa data ou, às vezes, mais de uma vez no mês. Isso nos faz refletir sobre como as relações étnico-raciais vêm sendo trabalhadas nas escolas?

Ferreira (2018) problematiza que a temática das relações étnico-raciais, não vem sendo uma prática educativa presente no currículo escolar e nas atividades diárias, mas sim, apenas no dia 20 de novembro, com eventos, oficinas e palestra sobre ela, o que ocasiona um vazio sobre o assunto nos outros dias letivos.

Além disso, questiona-se: Por que a escola não amplia as discussões sobre as questões das relações étnico-raciais nas práticas educativas diárias? Será que é ausência de formação inicial e continuada dos docentes? Será que é pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC)? Ou por não achar a temática importante? Seja qual razão for, o que se entende é que, “ao não

colocar o assunto em pauta, a escola admite que a negritude não é determinante, e, dessa forma, a referência vigente fica estabelecida a partir da perspectiva branca” (CAMPOS; BENTO, 2022, p. 14).

Durante seu processo formativo identitário, social e educacional, Patrícia ainda não havia encontrado um outro, que falasse abertamente sobre suas dores nem sabia que essas se aproximavam das suas. Foi o primeiro outro que a possibilitou refletir sobre o lugar de opressão que sofreu em sua trajetória para além de ser surda. Dessa forma, descobre-se uma negra surda.

Campos e Bento (2022) chamam atenção para o afastamento da comunidade negra surda do movimento negro, pela ausência de acessibilidade e/ou por perceberem esse sujeito (negro-surdo) mais pertencendo à comunidade surda que da sua, o que reforça um ciclo constante de afastamento da percepção e autodefinição do negro-surdo. Somando-se a isso, as autoras destacam que na comunidade surda o tema da raça não ganha destaque, o que posiciona o afastamento da raça desse indivíduo.

Outro ponto a ser frisado diz respeito aos modelos de identificação que Patrícia não teve durante o seu processo de escolarização, uma vez que alunos negros surdos “são majoritariamente ensinados por professores surdos brancos, em instituições majoritariamente dirigidas por brancos ouvintes” (CAMPOS, BENTO, 2022, p. 11). O professor surdo como modelo identitário, nesse sentido, enquadra-se à comunidade surda e à sua diferença linguística, mas não há um processo de intercessão para demarcar que esse outro surdo é negro, mulher, ribeirinho, camponês. O que de fato enquadra a diferença de ser surdo é a colonialidade do corpo normativo e a colonialidade monolíngue.

Os desafios enfrentados por uma mulher-negra-surda-pobre foram inúmeros. As identidades pressupostas atribuídas a Patrícia conferiram a desumanização e a opressão a ela, entretanto, esse *estar sendo* lhe conferiu esta transformação:

No passado, eu escondia meu cabelo porque achava feio, porque as pessoas me julgavam. Com o passar do tempo, fiquei liberta. Minha identidade é demarcada pelo respeito à minha cor e ao meu gênero. No passado, quando me chamavam de macaca, cabelo pixaim, eu me escondia não conseguia mostrar a beleza negra que tenho, mas com passar do tempo começou a mudar. Hoje eu me acho linda, sei quem sou. Sou mulher-negra-surda (ENTREVISTADA PATRÍCIA, grifo nosso).

Por meio da narrativa sinalizada de Patrícia, percebe-se que o processo de metamorfose ocorre com o reconhecimento de sua identidade e da beleza de ser quem é – mulher-negra-surda. Os elementos que antes eram usados pelo racismo, machismo e capacitismo tomam lugar

de celebração e autoidentificação, isso é, torna-se sujeito diferente, por meio da singularidade e alteridade; fazendo-se protagonista da própria história.

O conceito de belo, no campo da modernidade/colonialidade, inferiu um padrão de beleza eurocêntrica e estadunidense, na qual mulheres brancas, seus cabelos e seus traços genéticos foram sinônimo de beleza, enquanto a estética negra era associada à feiura. Há uma imposição racial frente ao corpo, ao cabelo e à estética de mulheres negras. Nota-se na narrativa de Patrícia que a identidade pressuposta conferida a ela por seus colegas de classe estava presente sobre o seu corpo e seu cabelo, o que destaca que “o cabelo não deixa de ser uma forte marca identitária e, em algumas situações, continua sendo visto como marca de inferioridade” (GOMES, 2012, p. 2).

Patrícia constroi sua identidade metamorfose no campo da integralidade do ser ao se reconhecer como mulher negra surda e ao afirmar que hoje se sente linda. Esse gesto expressa a reivindicação de seu lugar e o combate às opressões coloniais. O cabelo crespo assume lugar importante na identificação de quem é Patrícia, assim o cabelo crespo não é um elemento neutro. Ao contrário, ele é utilizado pelo trato do racismo para inferiorizar o corpo, a estética e a textura do cabelo de negros e negras, como também é tido como símbolo de resistência, de beleza e de construção de uma identidade negra, como descrito por Patrícia: “*antigamente, as pessoas falavam que eu tinha cabelo de Bombril. Eu sofria muito por isso, eu alisava e agora com o meu cabelo natural eu tenho autoestima, tenho coragem de demarcar minha identidade*”.

Nota-se que o racismo se apresenta em uma dimensão simbólica de construção da estética do cabelo de negras e negros. Ao sinalizar que antigamente as pessoas diziam que seu cabelo era de bombрил – cabelo ruim – Patrícia tenta buscar a aceitação da textura do seu cabelo através do alisamento. Rejeitava sua negritude e a textura do seu cabelo e buscava enquadrar-se no padrão do embranquecimento.

Quando Patrícia começa a combater as práticas racistas sofridas, ela percebe o cabelo como elemento identitário e passa pela transição capilar. Para tanto, percebe que o cabelo natural da mulher negra é tão belo quanto o liso e aceita o seu cabelo crespo como uma nova mentalidade sobre sua negritude, o que eleva sua autoestima e sua consciência racial

Somando-se a isso, Patrícia ressignifica os olhares e as práticas capacitistas e de opressão de classe que sofreu na infância, conforme sua sinalização:

No passado, quando criança, eu era muito pobre e os vizinhos comentavam: “Nossa! Que roupa rasgada! E esses sapatos velhos!”. Eu tinha vergonha. Quando cresci,

comecei a guardar um pouquinho de dinheiro e mantive contato com meus amigos de infância, e fui a única que conseguiu entrar na universidade, fui a primeira, as minhas amigas todas grávidas, então como que uma surda consegue entrar na universidade... Para mim, foi um trauma, porque eles me apontavam. Ninguém entrava na universidade. Todos sofriam, e estavam grávidas. E eu consegui. As pessoas olhavam para mim de modo diferente depois que mudei para Belém e eu fui a primeira negra a conseguir. Ninguém da rua antes conseguiu. Isso eu até me emociono em falar, porque eu era pobre e eu ressignifiquei isso, consegui superar as dificuldades e mostrei através da minha luta que era possível. Cheguei na universidade (ENTREVISTADA PATRÍCIA, grifo nosso).

Com base em sua narrativa, percebe-se que a identidade pressuposta conferida a ela é confrontada com a realidade de suas conquistas. Uma menina negra surda, que usava roupas furadas, pobre, vindo da periferia de um pequeno município da Amazônia tocantina, chegou à universidade. A mulher negra não engravidou na adolescência; a surda, que foi encarada como burra, mas teve capacidade intelectual para ser aprovada; e a mulher pobre da classe trabalhadora foi a primeira a adentrar o espaço universitário, lugar que foi pensado para elite de nosso país. Tal espaço ganha notoriedade no processo de democratização do Ensino Superior, por meio do incentivo no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, por meio das políticas públicas afirmativas, como a Lei de cotas e a expansão universitária⁷.

A mulher negra surda ressignifica os olhares que a oprimiram e constroi sua identidade metamorfose. Conforme Patrícia sinalizou, as pessoas começaram a olhar de modo diferente para ela, o que oportuniza também ressignificar a identidade que a conferiam. Patrícia rompe o determinismo social e consegue não virar estatística que atravessa a comunidade negra, pois sabe-se que “[...] é visível que os mais afetados pela precariedade da Educação Básica e pelo não acesso às universidades são as pessoas negras e, em especial, o negro surdo” (CAMPOS; BENTO, 2022, p. 7).

Patrícia tem sua vida transformada e sua identidade construída por meio da educação. Nesse sentido, com base em Freire (2017) a educação foi instrumento de transformação social, de reconhecimento das injustiças sociais de maneira crítica e da possibilidade de mudança pessoal e social. Assim, Patrícia assumiu-se enquanto uma mulher negra surda que luta por uma sociedade antimachista, antirracista e anticapacitista.

⁷ Entre 2003 e 2014 foram criadas 18 novas universidades federais e 173 campus universitários, praticamente duplicando o número de alunos. Disponível em: <https://pt.org.br/confira-as-universidades-e-institutos-federais-criados-pelo-pt/>. Acesso em: 21 fev. 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, Patrícia ilustrou a construção de sua identidade por meio do processo dialético da denúncia das opressões sofridas – capacitismo, machismo, racismo e opressão de classe –, que conferiu a ela o não-lugar e o selo de inferioridade para o anúncio do seu vir-a-ser em territórios, culturas e relações interpessoais outras. Do mesmo modo, houve a celebração de todos os elementos formativos que fazem sua unicidade, sua totalidade, isso é, que celebram as suas integralidades.

Apresentou-se o transformar-se sujeito, crítico, criativo e político de Patrícia, por uma ótica decolonial freireana, ao tratar da integralidade de um Ser pertencente a grupos foram historicamente negados, oprimidos e subalternizados pela modernidade/colonialidade. Compreendeu-se a identidade em processo contínuo, social e relacional ou, ainda, do sujeito em comunhão com outro, em um processo dialético de denúncia e anúncio.

REFERÊNCIAS

ALCOFF, L. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 129-143, jan./abr. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xRK6tzb4wHxCHfShs5DhsHm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 dez. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941**. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Planalto: Portal Oficial da Presidência da República, [1941]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 fev. 2022.

BRITO, I. A. *et al.* Que corpo é esse? Literatura negra surda, interseccionalidades e violências. **ODEERE**, v. 6, n. 1, p. 209-232, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/8533> Acesso em: 22 jan. 2023.

BUZAR, F. J. **Interseccionalidade entre raça e surdez**: a situação de surdos (as) negros (as) em São Luís - MA. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12219/1/2012_FranciscoJoseRomaBuzar.pdf. Acesso em: 22 jan. 2023.

CAMPOS, S. R. L.; BENTO; N. A. Nem todo surdo é igual: discussões interseccionais preliminares na educação de surdos. **D.E.L.T.A.**, v. 38, n. 1, p. 1-18, 2022. DOI:

<https://doi.org/10.1590/1678-460X202257202>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/delta/a/wDrPtHrjKsknfW78RBZS98j/>. Acesso em: 22 jan. 2023.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a História da Severina**: um ensaio de psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2005.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, A. C. B.; OLIVEIRA, W. M. M; KLEIN, M. Representações sociais de Mulheres Surdas mirienses sobre si: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 26, e215356, 2021. <https://doi.org/10.24220/2318-0870v26e2021a5356>. Disponível em: <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/reveducao/article/view/5356/3330> Acesso em: 22 jan. 2023.

FERREIRA, P. L. A. **O ensino de relações étnico-raciais nos percursos de escolarização de negros surdos na educação básica**. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2018. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgen/wpcontent/uploads/2019/02/DISSERTA%C3%87%C3%83O-FINAL-PRISCILLA-LEONNOR.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Política e educação**: ensaios / Paulo Freire. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 63. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2017.

GOMES, N. L. **Corpo e cabelo como símbolo da identidade negra\ Body and hair as symbols of black identity**. 2012. Disponível em: http://titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos_textos_sociologia/Negra.pdf Acesso em: 28 jan. 2022.

NUNES, C. F. P. Questões de gênero e a proibição do futebol feminino no Brasil pelo Decreto-Lei nº 3.199/1941. **Revista Direito e Sexualidade**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 126-148, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revdirsex/article/view/45109/27027>. Acesso em: 28 jan. 2023.

OLIVEIRA, I. A. **Saberes, imaginários e representações na educação especial**: a problemática da “diferença” e da exclusão social. Petrópolis, RJ: Vozes: 2005.

OLIVEIRA, W. M. M de. **Narrativas de vida e pensamento decolonial**: na construção da integralidade do Ser Surdo na Amazônia Tocantina. Tese (Doutorado em Educação) Universidade do Estado do Pará, Belém, 2023, 413f. Disponível em: <https://ccse.uepa.br/ppged/> Acesso em: 28 Nov. 2023.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In:* LANDER, E. (Org.). **La colonialidade del saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte, MG: Letramento, 2017.

SANTANA, A. P.; BERGAMO, A. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e território. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 565-582, mai./ago. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000200013>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/hxDxvJQjCZy8MCdBGLgGNnK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2019.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade.** Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 24 fev. 2023.

SKLIAR, C. Os estudos em educação: problematizando a normalidade. *In:* SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

SPIVAK, G.C. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.